

Paraná apresenta ações e políticas públicas contra o efeito estufa em conferência nacional

24/07/2025

Desenvolvimento Sustentável

O Governo do Estado, por meio do Instituto Água e Terra (IAT) e do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar), participou nesta quinta-feira (24), em Curitiba, da 1ª Conferência Brasileira de Inventariação de Gases de Efeito Estufa. Organizado pelo grupo Sinergia Engenharia de Meio Ambiente, o encontro reuniu os setores público e privado para debater como contabilizar o volume emitido a fim de planejar maneiras de proteger o meio ambiente.

Os gases de efeito estufa são o ator principal do aquecimento global. E sua emissão é causada, na maioria das vezes, pelas ações humanas. No Paraná, já existem diversos programas que contribuem para a redução de gases do efeito estufa, como RenovaPR, de apoio e incentivo à transformação energética do campo, e o Paraná Mais Verde, de expansão do plantio de novas mudas.

O Estado também implementou o Prosolo Paraná, com foco na mitigação dos processos erosivos do solo e da degradação dos cursos d'água; e a Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada, que tem como meta a expansão da pesquisa e a integração da academia aos novos processos produtivos sustentáveis.

Na sua palestra, José Amorim Vialich, do IAT, citou o Selo Clima, que reconhece, incentiva e valoriza práticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Ele também destacou a Portaria IAT 42/2022. Ela estabelece a exigência que, ao requerer licenciamento ambiental, empreendimentos enquadrados, por lei, na necessidade de providenciar Estudos de Impacto Ambiental, apresentem o Diagnóstico Climático.

- [IAT reforça necessidade do cadastro de nascentes para a gestão hídrica no Estado](#)
- [Poços artesianos: Estado leva água potável a 1,2 mil famílias do campo no 1º semestre](#)

MONITORAMENTO AMBIENTAL – O representante do Simepar, Bernardo

Lipski, citou projetos da instituição que são voltados para o monitoramento ambiental e para sustentabilidade e que auxiliam na construção de políticas públicas.

O VFogo monitora focos de calor, alertando a Defesa Civil para tomada de ações de combate ao incêndio; o Infohidro é uma interface de monitoramento de variáveis hidrológicas e meteorológicas em tempo real; o IrrigaSIM, braço do IrrigaParaná do Governo do Estado, vai mapear áreas aptas para irrigação sustentável, instalar equipamentos e desenvolver uma plataforma de inteligência artificial para integrar e analisar dados de diversas fontes.

O Simepar também está gerando uma definição de “estoque de florestas”. Se uma empresa ou instituição precisa realizar uma recuperação de área degradada, mas não tiver espaço, não precisa fazer na sua propriedade. Ela poderá fazer em outra área já mapeada e compensar o prejuízo causado. Já através do projeto Pro Biodiversidade, o Simepar realiza um inventário de carbono das Unidades de Conservação e estimativas de carbono dos remanescentes florestais.

Especificamente com relação ao clima, o Programa Paranaense de Mudanças Climáticas (Paranaclima) foi desenvolvido pelo Simepar em parceria com a Sedest e estuda a emissão e o impacto dos gases de efeito estufa no Paraná. No site <https://paranaclima.simepar.br/> toda a população pode ter acesso ao cenário histórico de 1850 a 1900, o cenário depois do período pré industrial, o cenário de 2014 até o momento, e projeções de vulnerabilidade à ocorrência de desastres em cada município do estado até 2100.

O Simepar também oferece apoio ao Governo do Paraná nos mapeamentos, parametrização dos dados e informações que são utilizadas no ICMS Ecológico. É um instrumento de política pública criado no Paraná em 1991, para repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios unidades de conservação ou mananciais para abastecimento de cidades vizinhas. O município que ajuda, é compensado com recursos tributários.

“O Simepar auxilia na proteção do meio ambiente olhando para o passado, traçando dados históricos; no presente, através do monitoramento em nowcasting; e no futuro, traçando a previsão do tempo e os boletins climáticos. São vários os projetos no âmbito público e privado que são importantes para observar e agir na proteção da população às mudanças climáticas”, ressalta Lipski.

- **Monitora Paraná: Estado publica edital de compra de três novos radares meteorológicos**

INFLUÊNCIA HUMANA – Os principais gases de efeito estufa são o dióxido de carbono (CO₂), o metano e o óxido nitroso. O CO₂ representa mais de 70% das emissões. Como muitas atividades humanas emitem uma grande quantidade desses gases, isto desequilibra o balanço de radiação da atmosfera terrestre, o qual mantém a temperatura média global dentro dos padrões aceitáveis para a manutenção dos ecossistemas e da vida.

Juliana Ferreira, diretora executiva e cofundadora do grupo Sinergia, explicou que a intensidade do efeito de cada fator sobre o clima é medida através do conceito de forçante radiativa, que quantifica a influência do fator no balanço energético do sistema terrestre. Todas as ações humanas emitem gases de efeito estufa e hoje a influência humana é a principal causa do aquecimento global”, alertou Juliana.

Segundo ela, há um consenso entre os cientistas de que a temperatura da terra está aumentando por conta de efeitos antrópicos. A última década foi a mais quente em 140 anos de medição, e o problema maior é o rápido aumento, em um curto espaço de tempo. O volume de emissões também foi maior recentemente: 52,4% delas ocorreram nos últimos 30 anos.

A temperatura no mundo está 1,36°C acima da média. Se a emissão de gases de efeito estufa continuar assim, até 2100 o planeta terá dois graus de temperatura a mais. Caso as emissões radiativas aumentem, em um cenário mais extremo, a temperatura pode subir até 4,8°C.

Por este motivo, várias políticas públicas foram criadas para incentivar a população e as empresas a agirem para mudar o cenário. O Brasil adotou o Protocolo de Kyoto em 1998, primeiro protocolo internacional com metas para controlar a emissão de gases. Em 2009 foi instituída a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e em 2015 o Brasil assinou ainda o Acordo de Paris.

Todas as metas estabelecidas nestes documentos foram atualizadas ao longo dos anos. O Sul do Brasil é a região pioneira no estabelecimento de planos estaduais determinando boas práticas para atingir as metas definidas nacionalmente.

- **Educação do Paraná se destaca em Olimpíada Nacional de Recuperação de Ecossistemas**

ESCOPOS – Processos industriais, atividades agrícolas e grupos que fazem uso de combustíveis fósseis como um todo podem adotar medidas de descarbonização para ajudar a reduzir este impacto. Ações sugeridas são o uso de veículos híbridos ou elétricos, de geradores a GNV, compra de energia renovável do mercado livre, implantação de placas solares, substituição de lâmpadas convencionais por LED, além de compostagem ou uso de biodigestores.

Para saber o quanto emitem e que políticas podem adotar, cada uma das empresas ou setores públicos pode inventariar os gases de efeito estufa, identificando as fontes de emissão para coleta de dados e cálculo. Os resultados são úteis para o registro público de emissões e relatório de sustentabilidade, que possibilitam a proposição de políticas públicas para descarbonização, ou adaptação a vulnerabilidades climáticas, e ainda inclusão no modelo de mercado de carbono brasileiro.

Quem não conseguir zerar as emissões, poderá compensar as emissões da empresa ou instituição pública comprando créditos de carbono: certificados que representam a redução de uma tonelada de gases de efeito estufa. A venda de créditos de carbono é uma forma de gerar receita para projetos que reduzem as emissões, como por exemplo projetos de reflorestamento ou eficiência energética.